

LIMITES, EVOLUÇÃO E POSSIBILIDADES PARA A DEMOCRACIA

LIMITS, EVOLUTION AND POSSIBILITIES FOR DEMOCRACY

Wandilson Alisson Silva Lima¹
Jackson Manuel Neves²
Maria Gomes da Conceição Lira³
Artidônio Araújo Filho⁴
Amâncio Holanda de Souza⁵

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica na qual temos como objetivo discutir as principais ideias que levaram a constituição do que hoje chamamos de democracia. Para tanto utilizaremos como referencial teórico Carvalho (2003), Wolff (2008), Nogueira (1998), Touraine (1996) e Abranches (2005). Estes autores discutem os processos de transformação, implementação e mudanças de regimes políticos. Buscaremos as raízes históricas, da época em que “tudo” era política, os processos de mudanças e conceitos referentes à democracia. A democracia conceituada neste artigo pela interdependência de três princípios: limitação do poder, representatividade e cidadania é fortemente prejudicada quando esta modernização é marcada pela ajuda de capital externo e a presença de regimes autoritaristas.

ABSTRACT: The present work deals with a bibliographical revision in which it aims to discuss as main ideas that led to the constitution of what we now call democracy. For that, as theoretical reference Carvalho (2003), Wolff (2008), Nogueira (1998), Touraine (1996) and Abranches (2005). These authors discuss the processes of transformation, implementation and changes of political regimes. We will look for historical roots, from the time when "everything" was political, the processes of change and concepts regarding democracy. The democracy conceptualized in this article by interdependence of principles: limitation of power, representativeness and citizenship is strongly impaired when this modernization is marked by the help of external capital and a presence of authoritarian regimes.

Palavras-chave: Política; democracia; mudança.
Keywords: Politics; democracy; change.

Sumário: 1 Introdução – 2 Referencial Teórico - 2.1 Política: Conceito e bases para democracia - 2.2 Democracia e mudança: possibilidades e desafios - 2.3 Revolução e revolução passiva - 2.4 O que é democracia? - 2.5 Democracia: modernização ou desenvolvimento? - 2.6 A democracia e suas possibilidades - 2.7 A Democracia como forma de governabilidade no Brasil – 3 Considerações Finais – Referências.

¹ Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Administrador do IF Sertão PE. Email: wandilson900@live.com.

² Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Técnico Administrativo do IF Sertão PE. Email: jackonneves09@hotmail.com

³ Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Docente do IF Sertão PE. Email: miinah_@hotmail.com

⁴ Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Docente do IF Sertão PE. Email: artfilho@gmail.com.

⁵ Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Docente do IF Sertão PE. Email: amancio.holanda07@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A democracia muitas vezes foi considerada uma forma de governo na qual as sociedades buscaram estabelecer a fim de solucionar problemas de cunho político e até mesmo como uma proposta diante das revoluções, dos regimes totalitários, autoritários e militares do final do século XIX. Sendo assim, para Touraine (1996) não existe democracia sem respeito pelos direitos fundamentais, sem representação dos interesses da maioria e sem cidadania, de forma que nenhum regime pode ser chamado de democrático sem a presença desses princípios. O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura com o objetivo de analisar as raízes, evolução, limites e possibilidades para uma sociedade democrática.

Dessa forma, a discussão trará à luz do conceito e evolução da política consoante Wolff (2008), como também as principais dificuldades da transição de um regime político para outro, segundo Nogueira (1998). Na fundamentação teórica, o conceito de democracia, modos de governabilidade e suas implicações estarão sendo explanadas conforme os autores Touraine (1996) e Abranches (2005). Ressaltando, os achados dos ideários liberais pautados nas temáticas republicanas onde o pensamento político estará constantemente voltado para tríade da democracia, a saber, limitação do poder, representatividade e cidadania. Essas definições constantes no arcabouço supracitado nortearão as concepções dos autores deste artigo a fim de alcançar o objetivo proposto.

Neste aspecto, a compreensão da democracia e seus desdobramentos foram correlacionados com suas características apresentadas na realidade brasileira. Por fim, na última seção serão relatadas as considerações finais do estudo, demonstrando as impressões, limitações, implicações e proposições para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentaremos nesta seção o referencial teórico utilizado para fundamentação desta pesquisa, começaremos nossa discussão sobre o regime democrático brasileiro, discutindo suas raízes, ou seja, discutiremos o conceito de política, suas constituintes, faces de poder e manifestações. Posteriormente,

mostraremos o difícil processo de mudança ocorrido para estabelecermos sociedade democrática. Por fim analisaremos os limites e possibilidades do sistema democrático.

2.1 POLÍTICA: CONCEITO E BASES PARA DEMOCRACIA

Antes de apresentar o conceito de política faz necessário relembrar um tempo em que tudo era político. As relações afetivas, o esporte, a arte, literatura. A moral e até a ciência eram manifestações políticas porque apresentavam componentes das duas faces da política: a

face do poder e face comunitária. A política em sua origem constitui-se pela face comunitária representada pelo grau de coesão e sentido de pertencimento e identidade da *pólis*. A outra face constituinte da política é a face do poder, da coerção e da violência para controle da *pólis*. Para Wolff (2008) podemos esquecer a política pela face da comunidade e do poder através de cinco vertentes: *O território de si, o reino e Deus, a economia e técnica, tudo é moral.*

O território de si é o particular em detrimento do público. Quando a sociedade deixa de acreditar que a política proverá benefício público ela passa a buscar de maneira individual esses benefícios não se importando com causas coletivas. Trata-se de uma sociedade individualista, indiferente e desconfiada representada em um consumismo desenfreado e fútil, nos *reality shows*, no interesse pela mídia sensacionalista.

Segundo Carvalho (2002), o declínio da participação em todos os níveis da sociedade e a desconfiança nas instituições políticas configura assim um déficit de capital social. Em relação ao grau de confiança no âmbito político, embora tenha uma tendência progressiva esse fenômeno é inexpressivo e não tem cancelado o abismo que separa a sociedade civil do sistema político. Esse distanciamento tem como consequências graves implicações para institucionalização da democracia no país.

Não se trata de criticar a liberdade privada, consequência da democracia, mas sim de percebê-la como uma forma de enfraquecer a política quando a preocupação com si próprio torna-se maior que a preocupação com a *polis*.

O reino de Deus é a segunda vertente de esquecimento da política e se materializa pela substituição da política pela presença constante de questões

religiosas que colocam em cheque a laicidade do estado. Essa influência ocorre por meio de políticos fundamentalistas que agem conforme interesses de determinadas religiões e em detrimento de direitos garantidos da constituição. O Reino de Deus é salvação eterna contra *polis* e enfraquece a política uma vez que representa uma ameaça ao sistema democrático e um mecanismo de controle social que permite o crescimento da intolerância, a discriminação religiosa e o desrespeito à democracia. Outro aspecto importante diz respeito à incapacidade da política de prover mudanças reais na vida das pessoas que seriam providas apenas pela religião.

O econômico e o técnico é a terceira vertente que substituiria a política segundo Francis Wolff. Nesta perspectiva, a economia é a ciência que influencia diretamente o ambiente político e não o contrário. Assim, a política depende da economia e isto tira da política suas possibilidades de ação. Não existe neste caso liberdade e poder de mudança de uma situação, pois todas as condições são impostas por questões econômicas e não por decisões políticas.

A técnica tende a considerar que a participação popular é prejudicial à racionalidade dos projetos. Deste modo, a técnica responderia a todas as questões enfraquecendo o debate democrático tão necessário na construção de decisões importantes para o estado. Para Wolff (2008), a perícia técnica não representa a participação política de fato e abre espaço para os políticos profissionais, aqueles que não levam em consideração as opiniões, os interesses e as vontades da população.

Na quarta vertente, o tudo é moral é uma maneira de esquecimento da política porque tem como critério de avaliação somente questões morais. A política pode e deve ser avaliada pelo critério moral, no sentido de que a política não é independente da moral dos homens e da ética pública, mas para avaliar uma política com justeza há critérios que são puramente políticos. Valores morais apagam valores políticos quando os primeiros se aplicam à ação coletiva. “Valores políticos são positivos, eles mobilizam para um fim; os valores morais são negativos, eles impedem em nome de uma proibição. Em suma, a política visa a um bem, a moral desvia o mal”, afirma (WOLFF, 2008, p. 75). Defender o ponto de vista que a política não pode ser avaliada somente pela ótica da moral significa ter em mente que a moral nos diz o que não fazer jamais o que fazer e isso não condizem com a atividade política.

Wolff (2008) cita o uso do critério moral na política nacional quando, por exemplo, a política de um Estado ou de um governo é julgada mais pela *moral individual* de seus dirigentes do que pelos sucessos ou fracassos políticos. Julga-se a honestidade dos políticos ao invés de julgar a justiça social de uma política. Mobiliza-se mais contra a corrupção do que pela luta por causas políticas. Então, quando a palavra de ordem se reduz ao “abaixo a corrupção”, ou quando o grito de guerra é “todos os políticos são ladrões”, retira-se a possibilidade de uma resposta política adequada para o combate à corrupção. A condenação da corrupção com critérios exclusivamente morais exclui a possibilidade do debate político a respeito *do que fazer* para combater e controlar a corrupção. Além disso, segundo Wolff (2008), a moral faz com que se esqueça a política quando o único critério para julgar é o *mal*, quando se julga a virtude dos homens e não o valor de um projeto ou a eficácia de uma ação.

No Brasil, pode-se observar a presença de todas as formas de esquecimento da política apresentadas por Wolff (2008) representando limites à nossa democracia. Como agravante de formas de enfraquecimento da política tem-se ainda além do déficit democrático, os problemas de governabilidade resultantes de falhas importantes de coordenação política. Segundo Abranches (2005) os problemas de governabilidade podem se agravar porque a capacidade de perceber e demandar da sociedade se eleva, enquanto a resposta do sistema político permanece limitada, seja no plano decisório e parlamentar, seja no plano fiscal e governamental.

Os pactos de governabilidade que buscam a estabilidade das instituições democráticas ocorrem na realidade de maneira equivocada onde os interesses pessoais das negociações resultam em pactos instáveis, tornam o jogo político inconstante e pouco previsível distanciando cada vez mais a sociedade da política.

2.2 DEMOCRACIA E MUDANÇA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Ao longo do desenvolvimento histórico do nosso país passamos por diversas formas, regimes e sistemas de governo desde regimes autocráticos a democráticos, monarquias a república, parlamento a presidencialismo. A mudança política como prática sempre esteve presente na sociedade brasileira, seja nas manifestações individuais ou públicas. Os esforços dos cientistas sociais estiveram concentrados em compreender como o processo de mudança permaneceu presente na sociedade.

Assim, nesta seção, discutiremos o processo de mudança ocorrido ao longo do desenvolvimento brasileiro bem como seus principais desafios e êxitos frente as transformações sociais e políticas vivenciadas.

A sociedade brasileira sempre esteve obstinada ao desejo de parecer moderno como os países desenvolvidos; em seus comportamentos, cultura e crenças. Atualmente estamos novamente entregues a essa temática de parecer com o moderno (NOGUEIRA, 1998). A escola paulista de sociologia esteve empenhada em investigar as “vantagens do atraso”, ou seja, os benefícios em continuarmos no subdesenvolvimento. Para o autor, estamos em uma posição de privilégio quando comparados com os países desenvolvidos, pois temos a oportunidade de analisar as práticas que não foram exitosas, consequências do desenvolvimento, como por exemplo, exclusão social, desemprego, poluição e miséria.

Por estarmos nessa posição, podemos nos antever desses problemas. Entretanto, não se podem negar os benefícios proporcionados pela modernidade, como por exemplo, crescimento da tecnologia, rapidez nas telecomunicações e outros. Esta dicotomia entre permanecer e mudar nos faz refletir sobre as transformações ocorridas no Brasil, “sem a compreensão do passado, sem uma explicação crítica do presente e sem um projeto de futuro é impossível dirigir a mudança” (NOGUEIRA, 1998, p. 254).

Vivemos em uma crise a qual se manifesta de diversas formas na economia, cultura e mais preocupantemente, vivemos em uma crise de perspectivas, na qual não conseguimos almejar possibilidades de mudanças significativas que possa romper com os problemas do passado, presente e futuro. Não basta criticarmos demasiadamente o presente, sem que tenhamos uma proposta de futuro, é necessário traçar possibilidades para reinvenção democrática e tecnológica.

A Mudança insere-se nesse contexto. Ela é um desafio em dois planos: de ordem Material e psicológica. Contudo, diversas características do mundo moderno impedem a mudança para uma ordem democrática, a burocracia está presente em todas as instituições públicas em maior ou menor profundidade, ela impede que a mudança esteja presente na nossa ordem social, na medida em que condiciona indivíduos a executarem procedimentos pré-estabelecidos. Para Nogueira (1998) a mudança sempre retém e incorpora algo do passado, ela está na dicotomia entre continuar e mudar. Convém destacarmos que a mudança não elimina as raízes do

passado ela incorpora as características do passado e incorpora em situações futuras.

No Brasil, a modernização tem sido duplamente conservadora. Primeiro por que se tem feito com base na preservação de expressivos elementos do passado, que são assimilados, modernizados e tornados funcionais, alcançando tamanha força de reprodução que conseguem condicionar todo o ritmo e a qualidade mesma da mudança. Em segundo lugar por que tem sido feito de modo não democrático. Somos partícipes de uma modernização sem modernidade. (NOGUEIRA, 1998, p. 258)

É nesse contexto que Gramsci apresenta o conceito de revolução passiva. Para ele, somos uma sociedade constituída por um processo de revolução passiva, pois as mudanças provocadas não rompem com os males do passado tão pouco, são efetuadas por lutas sociais intensas há uma restauração passiva e como consequência, não temos uma plena constituição de classes, logo os conflitos sociais e os interesses não puderam explicitar-se plenamente, portanto tiveram diminuído seu impacto sobre os processos de mudança social. No fundo, a mudança esperada foi resolvida pelo Estado e não por uma pressão organizada e irresistível da sociedade.

2.3 REVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO PASSIVA

Durante a passagem dos anos 80 a 90 houve intensas mudanças na sociedade, a luta contra o regime autoritário se completou, e apesar de não se poder dar como concluída, é inegável que o país passou a conviver com um regime democrático dotado de normalidade procedimental estabilidade institucional. Reforma expressiva patrimonial do estado, o país mergulhou no mundo da globalização, passando a incorporar seu discurso, seu ritmo, suas políticas, seus problemas.

A sociedade ficou atritada com a política. A ordem social viu aumentar sua diferenciação ao mesmo tempo em que deixou condicionar por uma agressiva padronização dos gostos e comportamentos. Desagregaram-se os grandes partidos políticos no mesmo ritmo em que se multiplicaram demandas de movimentos dos mais variados tipos e objetivos. A política dos anos 90 parece ser insustentável. A crise política é tão importante porque desequilibra precisamente o espaço da mediação, a partir do qual indivíduos singulares se tornam membros de uma

comunidade, vontades particulares dão origem a vontades gerais, sociedades se convertem em comunidade.

A crise da política é o domínio de mercado sobre o estado. Mergulho de uma situação de risco e perigo: sem a política toda a sociedade se precipita em uma luta obscura destituída de objetivos claros e distintos. Os interesses e paixões são postos em cena sem forma, na sua materialidade brutal e em seu extremismo radical.

2.4 O QUE É DEMOCRACIA?

A contribuição das ideias liberais, assim como das ideias republicanas, é uma aquisição permanente do pensamento político: não há democracia sem limitação do poder do Estado e sem cidadania. No entanto, antes mesmo de lembrar que também não há democracia sem representação dos interesses da maioria, devemos nos interrogar sobre a natureza tanto dos direitos pessoais que limitam o poder do Estado, quanto da cidadania. Com efeito, se os direitos pessoais não passarem da garantia jurídica dos interesses pessoais, a liberdade política corre o risco de ser apenas um meio para proteger os mais fortes e mais ricos.

Não é possível reduzir o liberalismo à defesa dos interesses da burguesia e o socialismo à expressão dos interesses das classes populares e, mais precisamente da classe operária. Esta interpretação limita a vida política e, em particular, a democracia, portanto à representação dos interesses sociais, o que é inaceitável. (TOURAINÉ, 1996, p.126)

Uma política de classe, só é democratizante se estiver associadas ao reconhecimento dos direitos fundamentais que limitam o poder do Estado e à defesa da cidadania, isto é, do direito de filiação a uma coletividade política que assumiu o poder de fazer e modificar suas leis. A democracia define-se pela interdependência de três princípios: limitação do poder, representatividade e cidadania, e não pelo domínio de um deles.

Todos os que analisaram a situação de uma classe, nação, sexo, somente em termos de dominação, violência e exploração suportadas, voltaram às costas à democracia que não pode viver sem uma participação positiva e ativa dos dominados na transformação da sociedade, portanto, sem consciência de filiação que é bem explicitada pela palavra “trabalhador” e negada pela palavra “proletário”.

O que é designado por movimento operário é composto por duas forças que agem em sentido contrário: por um lado, o socialismo revolucionário que procura tomar o poder para libertar os operários e os povos oprimidos, o que leva, quase sempre, a instaurar um regime autoritário; por outro, o movimento propriamente operário que se apoia na defesa dos defeitos dos trabalhadores que contribuem para a produção com qualificação, experiência e trabalho. Há uma lógica historicista que se opõe a uma lógica que se pode chamar democrática já que conjuga o apelo a determinados direitos com consciência de cidadania e representação dos interesses. (KELSEN, apud, TOURAINE, p.131) afirma que a única democracia que existe é o parlamentarismo, desde o final do século XIX até a data recente, o papel central dos partidos foi identificado com o reconhecimento de que as lutas sociais estão na base da vida dos partidos. Portanto, o pluralismo dos centros de poder e de iniciativa jurídica dá, não a atores sociais, mas a associações e seus dirigentes, um poder indireto. A representação dos interesses da maioria provocou, sobretudo, a criação de associações, sindicatos e partidos, além de cooperativas, organizações previdenciárias, que permitiram a entrada das “massas” em uma vida política até então, dominada por notáveis ou príncipes. Partidos e sindicatos aparecem, desde então, como elementos indispensáveis da democracia.

A ajuda do Estado às categorias desfavorecidas pode enfraquecer a democracia, já que esta se apoia em uma intervenção ativa dos cidadãos na vida coletiva. Uma democracia atualmente tem que ser simultaneamente, republicana, liberal e social (TOURAINE, 1996). O sistema político e, em particular, o parlamento, perderam seu papel central, devido à importância excessiva dos partidos. Estes, porém, foram também enfraquecendo, pelas imposições exercidas pelo mercado internacional. A vida do cidadão é controlada pelo Estado e este pela economia internacional. A democracia só pode se enfraquecer se deixar de ser representativa e, por conseguinte, se os atores sociais forem incapazes de formular reivindicações e expectativas.

2.5 DEMOCRACIA: MODERNIZAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO?

Alguns estudiosos abordam o tema democracia associado com a economia de mercado, concluindo que não há democracia sem a economia de mercado. Dentre esses estudiosos, destaca-se o sociólogo Alain Touraine (1996) em sua obra

clássica denominada “O que é a Democracia?”, que aprofunda a discussão introduzindo a questão do desenvolvimento sustentável. A premissa que inicia a análise é a definição das condições em que a economia de mercado conduziria ao desenvolvimento e qual seria o papel da democracia nessa passagem. Nesse contexto, necessita-se de um Estado ágil com capacidade de decisão, além de empresários e forças de redistribuição interagindo com os componentes da democracia, quais sejam: cidadania, representação dos interesses e a limitação do estado.

Disso advém o questionamento se a democracia seria a condição ou a resultante em relação ao desenvolvimento, a esse respeito, TOURAINE destaca:

A democracia é um sistema de gestão política da mudança social; por seu lado o desenvolvimento é um conjunto de relações sociais, ao mesmo tempo em que uma política econômica. A integração dos atores sociais e econômicos do desenvolvimento não é espontânea; chega mesmo a ser ameaçada pela lógica característica de cada um deles que corre o risco de entrar em conflito com a lógica dos outros e desarticular a sociedade. A manutenção, em conjunto dos componentes do desenvolvimento compete à democracia porque esta dá ao sistema político um papel de mediação entre os atores sociais e entre estes e o Estado. O desenvolvimento não é causa mas a consequência da democracia. (TOURAINE, 1996, p. 2014)

Uma teoria que contrapõe esse argumento é a de S.M. Lipset que trata da correlação entre modernização econômica e democracia política em que o papel determinante caberia à primeira. Transportando o tema para as sociedades divididas em desenvolvidas e em desenvolvimento, constata-se a grande distância que as separam na busca do desenvolvimento autossustentado que é decorrência da própria democracia. Nesse viés, as sociedades na busca da modernização assumem diferentes formas de atuação de acordo com o contexto histórico, como o estado voluntarista, autoritário e mobilizador. Em alguma medida esses primeiros foram modernizadores quando uniu atores políticos, econômicos e sociais. De outra forma, o Estado autoritário também se apresenta como moderno quando cria leis e as faz respeitá-las e, por último, o Estado mobilizador. A esse respeito Touraine (1996) “agente de formação de atores econômicos, sociais e administrativos, podem desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento” (TOURAINE, 1996, p. 215). As sociedades que avançaram no sentido da modernização com a ajuda de capital externo encontraram dificuldades na implantação de sistema político pluralista

criando obstáculos tanto a democracia quanto o desenvolvimento. Nessa discussão, Touraine (1996, p. 222) assinala que:

A situação mais favorável para a democracia é aquela em que movimentos sociais estão em conflito pela gestão dos principais recursos culturais de uma sociedade [...] as democracias mais fortes formaram-se nas sociedades industriais mais nitidamente estruturadas em volta do conflito de classes características da sociedade industrial.

Essas sociedades e outras que já atingiram alto grau de desenvolvimento passam por situações de crise e de autoritarismo.

2.6 A DEMOCRACIA E SUAS POSSIBILIDADES

Podemos concluir com a discussão da seção anterior que a democracia está diretamente vinculada a representação dos interesses da maioria. Para tanto, a justificativa desses foi apresentada por John Stuart Mill, utilitarista que, em primeira instância, defendeu os interesses pessoais dos que são intitulados de dominados (mulheres e trabalhadores), sendo a realidade política sobreposta a social.

Neste contexto do final do século XIX, em que os ideais da Revolução Francesa, mais especificamente quando se trata de cidadania, há um progresso do pensamento que estava concentrado apenas na visão política, passando a ser discutido no campo socioeconômico. Nessa época, a França se tornara uma nação onde o povo (cidadão), e principalmente a classe operária, se posicionaram contra as formas monárquicas de poder e invasões estrangeiras. Como consequência a dissipação do absolutismo e o surgimento do espírito republicano.

Assim, surgem também as lutas em defesa das classes sociais, nas quais a direita “conservadora” estaria corroborando para os interesses industriais e econômicos enquanto à esquerda “sindicalista” estaria relacionada às ações sociais. Para tal ponto, a política de classe se torna democrática apenas se estiver associada ao reconhecimento dos direitos fundamentais em defesa da cidadania para limitação do poder do Estado, desse modo o direito de filiação a uma coletividade política admiti o poder de fazer e modificar suas leis.

Ainda, fruto dessa luta aparece também a relação dicotômica do movimento operário, onde a aspiração pela tomada de poder através do socialismo revolucionário em contrapartida da defesa dos direitos do movimento operário propriamente dito. Isto é, enquanto a ação democrática visa o interesse da maioria

dos trabalhadores, a ação revolucionária tem pretensões de derrubada de poder do Estado por intermédio das forças populares (TOURAINÉ, 1996, p. 128 -131). A democracia, para esse autor desaparece no instante que o partido não satisfaz o social e o poder totalitário se estabelece. Os ideais totalitários surgem como forma de dominação absoluta convertendo um movimento na conquista do poder onde Estado, atores sociais e o próprio sistema político estão numa relação de submissão. Nessa conexão de movimentos sociais e totalitarismo não seria dissipada pela revolução como defendeu Hannah Arendt, e sim através da democracia.

2.7 A DEMOCRACIA COMO FORMA DE GOVERNABILIDADE NO BRASIL

A seção anterior serviu como base para demonstrar a submersão da democracia como recurso na “derrubada” de regimes totalitário-autoritários. No Brasil, o “golpe” posto pelos militares, que prometiam diante da conjectura política-econômica em 1964, foi embasado por um “discurso” de reformas nas quais “prometiam mudanças”, a saber: nova constituinte, nacionalização de refinarias estrangeiras, ajustes nas contas públicas, reforma agrária, controle inflacionário e outros. Durante os anos de governo ditatorial no País onde basicamente houve centralismo no âmbito político, administrativo e financeiro, Carvalho (2002) retrata que a cidadania brasileira além da desigualdade social, vivenciou o a “suspensão” de seus direitos o que enfraquece o real sentido da democracia. Isto é, um “padrão” de Estado incapaz de enfrentar os desafios sociais daquela época frente a um modelo de gestão pública pautada no gerenciamento inoperante da administração burocrática.

Carvalho (2002) em seus achados cita a abordagem das transformações culturais e do racionalismo existentes como forma de estabelecer a trajetória do autoritarismo para os regimes democráticos. Essa passagem se daria com a natureza da racionalidade democrática, como afirma Barbosa Filho (2001):

[...] uma boa questão conceitual posta pela emergência de democracias recentes diz respeito à possibilidade de transformação dos direitos em premissas democráticas sem, contudo, referi-los à agency individual, ou seja, à pressuposição de um indivíduo autônomo, racional e autocontido, tal como se encontra na base das teorias democráticas realistas (FILHO, apud CARVALHO, 2002, p.312).

A tese de Sérgio Anbraches (2005) consiste em defender que o Brasil não precisa propriamente de uma reforma política para resolver suas distorções histórico-estruturais, mas sim de uma reforma constitucional que “redesenhe o Estado, enfrentando definitivamente a crise fiscal estrutural que vem debilitando desde o final dos anos 70 do século passado, e reestruture o nosso federalismo, descentralizando poderes, competências e capacidades” (ANBRACHES, 2005, p. 39). Este autor traz ainda as questões para estabilidade política tanto de governabilidade por meio da legitimidade em conduzir os rumos quanto de governança relacionada a capacidade do governo em executar as ações. Concluindo que o Brasil, ao efetuar a reforma instalado o federalismo, mitigando as coações ante ao governo principal e concedendo mais autonomia aos estados pode caminhar de maneira estratégica para a solução dessas questões refletidas do passado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se concluir que embora houvesse no Brasil um tempo em que tudo era político, atualmente vivemos tempos que “nada” é político porque nega-se a política através do *território de si, do reino de Deus, da economia e da técnica e do tudo é moral*. Essas cinco maneiras de formas de esquecimento da política citadas por Wolff (2008) de fato podem ser observadas como formas de enfraquecimento da democracia no Brasil.

As mudanças que marcaram a história brasileira trouxeram limites e possibilidades no âmbito da democracia principalmente porque essas mudanças foram anotadas por um obstinado desejo de parecer moderno em uma constante comparação com os países desenvolvidos. No entanto, esta modernização brasileira mostra-se duplamente conservadora, seja pela preservação de elementos do passado ou pelo fato de ser feita de modo não democrático.

A democracia conceituada neste artigo pela interdependência de três princípios: limitação do poder, representatividade e cidadania é fortemente prejudicada quando esta modernização é marcada pela ajuda de capital externo e a presença de regimes autoritaristas. No Brasil de 1964 pode-se observar as mudanças, sobretudo de regimes com a instauração de uma ditadura e um posterior

retomada da democracia que representa o principal meio de “derrubada” dos regimes totalitário-autoritários.

Tem-se, portanto, uma democracia frágil, cuja trajetória política conheceu largos períodos de ditadura e que, no âmbito das transformações mundiais em curso, tem a forma de Estado-nação enfraquecida pela baixa coesão social dos brasileiros. Os entraves encontrados no Brasil diante do **(neo) patrimonialismo, (in)populismo, clientelismo, ausência de accountability, transparência ativa e governança**, muitas vezes, levou o Estado a se tornar prejudicial à democracia. Deste modo, Abranches (2005) refere-se à necessidade de uma reforma do Estado, tratando-se das possibilidades da democracia brasileira. Os achados corroboram que esses fatores elucidados sejam devidamente tratados e levem a renovação da ideia democrática.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Os dilemas da governabilidade no Brasil.: reforma política ou reforma do Estado? In: FLEISCHER et al. (Org.) Reforma política: agora vai? **Cadernos Adenauer**, Ano VI, n. 2, 2005.

CARVALHO, M. A. Rezende de Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In: VIANA, L.W. (Org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Rio de Janeiro: Luperj/Faperj, 2003.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Permanência e mudança para a reinvenção da política como prática e projeto. NOGUEIRA, Marcos Aurélio. In: **As possibilidades da política: ideias para reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WOLFF, Francis. O Esquecimento da Política ou o desejo de novas políticas? In: ADAUTO, Novaes (org.). **O esquecimento da política**. São Paulo: Agir, 2008.

Artigo recebido em: Fevereiro/2017
Aceito em: Junho/2017